

EDITAL DE CONCORRÊNCIA (ELETRÔNICA)

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº: 001/2024

PROCESSO Nº 86/2024

DATA: 20/05/2024 HORÁRIO: 10:00 horas

LOCAL: Por meio da INTERNET através do site: <https://bnccompras.com/Home/Login>

TIPO: MENOR PREÇO MENSAL

OBJETO: Contratação de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica, em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Santa Cruz de Goiás/GO.

O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição nos sites: <https://www.gov.br/pncp/pt.br> , <https://camaradesantacruzdegoias.go.gov.br> e <https://www.bnc.org.br/>

EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE GOIÁS - GO, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, NA FORMA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO **MENOR PREÇO MENSAL**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E ALTERAÇÕES E AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica <https://bnccompras.com/Home/Login>. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório. receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela equipe de elaboração. conduzir a sessão pública na internet. verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital. verificar e julgar as condições de habilitação. receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão. indicar o vencedor do certame. conduzir os trabalhos da equipe de apoio. e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃO INTERESSADO: Câmara Municipal de Santa Cruz de Goiás

DATA DE ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA: 20/05/2024 ÀS 10:00H

LOCAL: <https://bnccompras.com/Home/Login>

MODO DE DISPUTA: FECHADO

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta como o menor preço mensal para Contratação de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica em atendimento as necessidades da Câmara Municipal de Santa Cruz de Goiás, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO MENSAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do (11.10.01.031.0017.2.082.3.1.90.34) para o exercício de 2024.

3. DO CREDENCIAMENTO E REGISTRO CADASTRAL

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no <https://bnccompras.com/Home/Login> que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA em sua FORMA ELETRÔNICA.
- 3.2. O cadastro deverá ser feito no (BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS) no sítio <https://bnccompras.com/Home/Login>.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este CONCORRÊNCIA.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firme e verdadeira sua proposta, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no (BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA.

4.1. Poderão participar desta CONCORRÊNCIA Advogados(as) ou Sociedades de Advogados interessados no objeto desta licitação, e que estejam com cadastro regular no (BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS).

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

4.3. A obtenção de benefícios a que se refere o caput do artigo 4º da Lei 14.133/21 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

5.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

5.2. Não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

5.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

5.4. Se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.

6. O LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

6.1. Se for o caso que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

6.2. Conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.3. Que no valor proposto estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do serviço.

6.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

6.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

6.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do

artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

- 6.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 6.9. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- 6.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.
- 7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, a habilitação e os anexos, até a data e o horário (20/05/2024, às 10h) estabelecidos para encerramento de recebimento de propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação. **AS PROPOSTAS, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ANEXADAS VIA SISTEMA E DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE ASSINADAS**, sob pena de desconsideração do documento. O simples cadastramento da proposta no sistema não substituiu o envio dos documentos devidamente assinados.
- 7.3. O licitante deverá enviar junto com a proposta os documentos de habilitação, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da CONCORRÊNCIA, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.5. Até o encerramento do recebimento de propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.
- 7.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do recebimento de propostas.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

- 8.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS: AS PROPOSTAS E DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ANEXADAS VIA SISTEMA E DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE ASSINADAS, sob pena de desconsideração do documento. O simples cadastramento da proposta no sistema não substitui o envio dos documentos devidamente assinados.
- 8.2. Valor mensal e total para o item em moeda corrente nacional.
- 8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 8.4. Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) dias, a contar da data de sua apresentação.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário (20/05/2024, às 10h) indicados neste Edital.

- 9.2. O Agente de Contratação verificará as propostas cadastradas diretamente no sistema (digitadas), desclassificando desde logo aquelas que:
- 9.2.1. contiverem vícios insanáveis.
 - 9.2.2. não obedecerem às especificações do edital.
 - 9.2.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.
 - 9.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
 - 9.2.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 9.3. verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada
- 9.4. Também será desclassificada a proposta digitada nos campos do sistema que identifique o licitante na especificação de seu objeto.
- 9.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação
- 9.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.
- 9.8. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 9.9. O modo de disputa será fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação
- 9.10. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, as propostas serão reclassificadas para verificação do enquadramento.
- 9.11. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.12. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei n.º 14.133, de 2021, na seguinte ordem:
- 9.12.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
 - 9.12.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
 - 9.12.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
 - 9.12.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.13. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, aos serviços prestados por:
- 9.13.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Município, em que este se localize.
 - 9.13.2. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
 - 9.13.3. A análise das propostas será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. Encerrada a etapa de análise das propostas, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.2. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.3. Se a proposta vencedora for desclassificada, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação dos licitantes.
- 10.4. Encerrada a análise da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO.

- 11.1. O licitante vencedor deverá estar com os documentos de habilitação previamente cadastrados e anexados no sistema do BNC, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 11.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, **o agente de contratação verificará** o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:
 - 11.2.1. possuir cadastro no (BNC - Bolsa Nacional de Compras).
 - 11.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/).
 - 11.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - 11.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>
- 11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário
- 11.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 11.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros
- 11.6. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 11.7. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.9. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada, em

relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e habilitação técnica.

- 11.10. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do (BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS), para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 11.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.14. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 12.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 12.2. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- 12.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- 12.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 12.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 13.1. A regularidade fiscal deverá ser verificada pelo Agente de Contratação. A regularidade fiscal será comprovada pelos seguintes documentos:
- 13.2. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso
- 13.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 13.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 13.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 13.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.
- 13.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, da sede do estabelecimento ou domicílio,

através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, da sede da licitante.

14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – PESSOAS JURÍDICAS

- 14.1. Certidão de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Admite-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo de licitação (Acórdão 1201/2020 – TCU Plenário).

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 15.1. Comprovante de conclusão de Graduação em Direito.
15.2. Comprovante de inscrição na OAB.

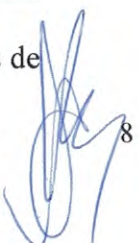
16. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 16.1. Declaração de ME/EPP caso a licitante se enquadre nesta condição, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo II.
16.2. Declaração de Pleno Atendimento, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo III.
16.3. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo IV.
16.4. Dados comerciais para elaboração de contrato da vencedora da CONCORRÊNCIA, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo VII.
16.5. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
16.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma
16.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital
16.8. Havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente
16.9. O Agente de Contratação, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve registrar todos os atos em ata e acessível aos licitantes
16.10. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**
16.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
16.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
16.10.3. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

- 17.1. **A proposta do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.**

- 17.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



17.3. Enviar a proposta final em arquivo editável (necessariamente nas extensões doc, docx, xls ou xlsx), para o e-mail: cmslicitacao@gmail.com

17.4. **No mesmo prazo do item 10.1, o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no (BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS), SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.**

17.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

17.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros. no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

17.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação

17.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

17.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis nos endereços eletrônicos, após a homologação, bem como no portal da transparência oficial e no site da Câmara Municipal de Santa Cruz de Goiás.

18. DOS RECURSOS

18.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, **será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.**

18.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito

18.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada a todos os interessados, no endereço eletrônico constante neste edital.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA


19.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato.

19.1.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.1.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.



- 19.1.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no (BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Agente de Contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 20.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

21. DO TERMO DE CONTRATO

- 21.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, Anexo V.
- 21.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 21.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 21.4. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP- Brasil).
- 21.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 21.6. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.
- 21.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137, nas formas prevista em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei 14.133, de 2021.
- 21.8. O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro de 2024, e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual.
- 21.9. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência do contrato.
- 21.10. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 21.11. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante a vigência do contrato.
- 21.12. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 21.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:**
- 21.13.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

21.13.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

21.14. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.

21.15. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

21.16. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

22. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

22.1. As regras acerca do reajustamento do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo V.

23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

23.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

23.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

23.4. A prestação de serviços do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

24.1. São obrigações da Contratante:

24.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação dos serviços.

24.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

24.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

24.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

25. São obrigações da contratada:

25.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda

25.2. Efetuar a prestação dos serviços, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e Contrato.

- 25.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação de serviços.
- 25.4. Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, à Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento no prazo previsto da prestação de serviços.
- 25.5. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

26. DO PAGAMENTO

- 26.1. O pagamento será realizado no prazo previsto no contrato, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.
- 26.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 26.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista, social, certidões emitidas pelos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 26.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 26.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 26.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 26.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, a critério da contratante.
- 26.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 26.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 26.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.
- 26.11. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 26.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 26.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por mais de 30 (trinta) dias, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 27.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o

licitante/adjudicatário que:

- 27.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.
 - 27.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
 - 27.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato.
 - 27.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
 - 27.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - 27.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
 - 27.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
 - 27.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
 - 27.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
 - 27.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 27.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 27.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:**
- 27.2.1. Advertência.
 - 27.2.2. Multa.
 - 27.2.3. Impedimento de licitar e contratar.
 - 27.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 27.3. A sanção prevista no inciso I deste será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 20.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 27.4. O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a contratada, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor, tem como base o valor total mensal
- 27.5. Após 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso na entrega do objeto será considerado inexecução, total quando for a primeira entrega ou parcial a partir da segunda entrega.
- 27.6. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 13.1, será aplicada multa de 10% sobre o valor mensal.
- 27.7. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 13.1, será aplicada multa de 15% sobre o valor mensal.
- 27.8. Será aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 13.1.
- 27.9. Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 13.1.
- 27.10. As multas previstas nestes itens serão descontadas dos créditos que a contratada possuir, e poderá cumular com as demais sanções administrativas.
- 27.11. Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitando o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.
- 27.12. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II mesmo item.
- 27.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

27.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital artigo, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública ou a terceiros.

27.15. As sanções serão processadas de acordo com a Lei 14.133/2021 e a legislação civil e penal vigente a contratação.

28. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

28.1. Qualquer pessoa poderá para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

28.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema <https://bnccompras.com/Home/Login> e/ou pelo e-mail cmsclicitacao@gmail.com.

28.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os participantes e a administração, e deverá ser divulgada na plataforma (BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

28.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

28.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

28.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

28.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

29.1. Da sessão pública do CONCORRÊNCIA divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

29.2. Como condição de validade e eficácia, todos os atos devem ser realizados de forma eletrônica diretamente no (BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS), conforme art. 17, § 4º da Lei 14.133, de 2021.

29.3. Todas as comunicações serão formalizadas pela contratante através do (BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS).

29.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

29.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

29.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

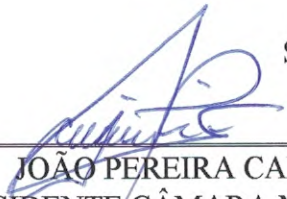
29.7. Verificada qualquer irregularidade a Autoridade Superior determinará o retorno dos autos para o devido saneamento.

29.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 29.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração Pública Municipal.
- 29.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 29.12. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis
- 29.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 29.14. A Autoridade Superior poderá revogar esta CONCORRÊNCIA por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 30. A anulação do CONCORRÊNCIA induz à do contrato.**
- 30.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 30.2. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase desta CONCORRÊNCIA, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 30.3. Conforme entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União, exarado no Acórdão n. 1211/2021-Plenário, não é considerado documento novo, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de Contratação.
- 31. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico:**
<https://bnccompras.com/Home/Login>, <https://www.gov.br/pncp/pt.br>,
<https://camaradesantacruzdegoias.go.gov.br> e também poderão ser solicitado pelo e-mail cmslicitacao@gmail.com, nos quais os autos do processo administrativo 086/2024 permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 32. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**
- ANEXO I – Termo de Referência.
- ANEXO II - Modelo Declaração Micro Empresa. ANEXO
- III – Declaração de Pleno Atendimento.
- ANEXO IV – Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- ANEXO V – Minuta Contratual.
- ANEXO VI – Modelo Proposta de Preços.
- ANEXO VII - Dados comerciais para elaboração de contrato da vencedora do CONCORRÊNCIA.

Santa Cruz de Goiás, 01 de abril de 2024.



JOÃO PEREIRA CAMPOS
PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO I

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024

Processo nº 86/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO:

Contratação de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica, em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Santa Cruz de Goiás/GO.

2 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Considerando que a Câmara Municipal de Santa Cruz de Goiás não possui no quadro efetivo cargos de advogado ou procurador, torna-se indispensável a contratação dos serviços de assessoria e consultoria jurídica especializada para orientar e emitir pareceres técnicos nos processos administrativos e outros assuntos relacionados ao Processo Legislativo. Mediante a sinalização do atual prestador de serviços de que irá rescindir o atual contrato, surge a necessidade de realizar um Processo de Licitação para a contratação de um novo prestador de serviços de assessoria e consultoria jurídica para atender a Câmara Municipal de Santa Cruz de Goiás.

2.2. A aplicação da lei e a observância dos princípios lógicos constituem uma enorme tarefa para o Gestor Público, exigindo deste conhecimento técnico-profissional especializado. A vasta quantidade de leis, decretos, instruções normativas, jurisprudências, etc., exige uma consultoria jurídica capacitada para auxiliar na gestão.

2.3. Pelas razões apresentadas e outras igualmente válidas, não mencionadas aqui, é incontestável a necessidade de contratar tais serviços para auxiliar a Câmara Municipal, possibilitando o cumprimento dos princípios que norteiam a legalidade dos atos a serem praticados.

3 - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

3.1. A contratação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoria e consultoria jurídica visa atender à Gestão 2024, pelo período previsto de 07 (sete) meses, de 01 de junho de 2024 à 31 de dezembro de 2024.

4 - VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

O valor estimado para a contratação é de R\$ 28.782,88 (vinte e oito mil e setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos), pagos em 07 (sete) parcelas mensais de R\$ 4.111,84 (quatro mil e cento e onze reais e oitenta e quatro centavos). Esse valor foi obtido através de consultas realizadas no Portal de Transparência e no PNCP.

5 – FORMA DE JULGAMENTO:

O julgamento será objetivo, definindo como vencedor a proposta que tiver menor preço unitário. Serão desclassificadas as propostas com valores acima do praticado no mercado (sobrepçoço, superfaturados).

6- ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÃO:

O contrato do referido processo pode ser alterado pelas disposições do Art. 124, e incisos, e Art. 125 da Lei 14.133/2021.

7 - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

A CONTRATADA compromete-se a realizar os serviços na Câmara Municipal 1 (um) dia por semana, durante o horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 e participar de todas as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, que acontece preferencialmente todas às terças-feiras às 19:00 conforme regimento interno, esse dia de trabalho pode coincidir com o dia da Sessão. E também atender remotamente solicitações/demandas dos funcionários da Câmara em dias diversos, preferencialmente no horário de expediente, na emissão de pareceres e/ou orientações jurídicas. Havendo necessidades de deslocamento para atender alguma demanda judicial junto a Comarca, a Contratada deverá comparecer as audiências ou aos órgãos a que a Contratante for intimada.

8 - LOCAL E DATA DE DISPUTA:

A forma de disputa será CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, e o endereço da disputa de preços será <https://bnccompras.com/Home/Login>. As propostas poderão ser enviadas até **20 de maio de 2024 às 10h00**, onde irá encerrar o recebimento de propostas, documentos de habilitação e anexos. Nesse site será realizada toda a apuração do julgamento das propostas e demais atos da concorrência pública 01/2024.

9- DO PAGAMENTO:

9.1. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma: as faturas serão apresentadas ao CONTRATANTE até o vigésimo dia do mês corrente, para pagamento até o quinto dia do mês seguinte, sem emendas ou rasuras, devidamente atestado pelo departamento do Controle Interno/Gestor do Contrato.

9.2. Se a prestação de serviços não for executada conforme especificações, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

9.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, ou pendências de qualquer obrigação financeira imposta, nenhum pagamento será efetuado à contratada, e o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

10- DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA:

A vigência do presente contrato será a partir da assinatura, e terá validade até 31 de dezembro de 2024, facultada sua alteração ou prorrogação mediante aditamento, conforme prescrito na Lei 14.133, mediante anuência das partes.

11- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Responsabilidade da Contratada: Cumprir as obrigações estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato de Prestação de Serviços à Câmara. O pagamento será realizado mensalmente até o quinto dia útil subsequente à emissão da nota, por transferência bancária, mediante a emissão de nota fiscal. Qualquer pendência resultante será resolvida no Foro de Santa Cruz - Go.

Responsabilidade da Contratante: A execução do Contrato é de responsabilidade direta da CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE GOIÁS. Qualquer irregularidade observada deverá ser comunicada imediatamente ao Presidente para as medidas necessárias conforme previsto em contrato. Recolher todos os tributos que vierem a incidir sobre o objeto da contratação. Apresentar a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, mediante a apresentação de CND fiscais da União, Estadual, Trabalhista e FGTS durante toda a vigência do contrato. É

obrigação do Contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12- FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização será exercida pelo Fiscal de Contrato da Câmara Municipal de Santa Cruz de Goiás.

13- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Santa Cruz de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Santa Cruz de Goiás, 01 de abril de 2024.



JOÃO PEREIRA CAMPOS
PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO II

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2024
Processo nº 86/2024

Declaração de Enquadramento Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte

A licitante _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,

DECLARA sob as penas da lei, por intermédio de seu representante legal, que não há nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e que a licitante se enquadra na condição de ____.

_____, ____ de _____ de 2024. (local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)



ANEXO III

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2024

Processo nº 86/2024

Declaração de Pleno Atendimento

A licitante _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, DECLARA sob as penas da lei, que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do CONCORRÊNCIA Presencial em epigrafe.

A licitante _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, DECLARA ainda sob as penas da lei, que o e-mail que será utilizado para receber notificações e informações será: _____.

_____, ____ de _____ de 2024. (local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)



ANEXO IV

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2024

Processo nº 86/2024

Declaração de Empregador Pessoa Jurídica

_____, inscrito no CNPJ nº _____,
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a)
Sr.(a) _____,
_____, portador da Cédula de Identidade nº _____,
_____, e do CPF nº _____, DECLARA sob
as penas da lei em cumprimento a disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal,
que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). Obs.: em caso
afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de _____ de 2024. (local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)



ANEXO V

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2024

Processo nº 86/2024

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N. ____/2024

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Santa Cruz de Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº [inserir CNPJ], com sede na [endereço completo], doravante denominada CONTRATANTE.

CONTRATADA: [Nome da Empresa ou Profissional], inscrita no CNPJ/CPF sob o nº [inserir CNPJ/CPF], com sede na [endereço completo], doravante denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoria e consultoria jurídica para atender às demandas da Câmara Municipal de Santa Cruz de Goiás, conforme especificações do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A CONTRATADA compromete-se a realizar os serviços na Câmara Municipal 1 (um) dia por semana, durante o horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 e participar de todas as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, que acontece preferencialmente todas às terças-feiras às 19:00 conforme regimento interno, esse dia de trabalho pode coincidir com o dia da Sessão. E também atender remotamente solicitações/demandas dos funcionários da Câmara em dias diversos, preferencialmente no horário de expediente, na emissão de pareceres e/ou orientações jurídicas. Havendo necessidades de deslocamento para atender alguma demanda judicial junto a Comarca, a Contratada deverá comparecer as audiências ou aos órgãos a que a Contratante for intimada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O valor total para a contratação é de R\$ _____. Os pagamentos serão realizados mensalmente, até o quinto dia do mês subsequente à apresentação da fatura.

Parágrafo Único: O valor contratual pode ser reajustado ao completar 1 (um) ano pelo índice IPCA.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este contrato vigorará a partir da assinatura até 31/12/2024, podendo ser prorrogado por igual período, conforme disposição da Lei nº 14.133/2021 e mediante anuência das partes.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas neste contrato e no Termo

de Referência, ela é responsável pela execução direta do contrato e pela comunicação de quaisquer irregularidades ao Presidente da Câmara para as medidas cabíveis.

Parágrafo único: A CONTRATADA RESPONDE civil, criminal e administrativamente pelos danos causados a pessoa jurídica Contratante e a terceiros pela prestação e execução dos serviços A CONTRATANTE deverá cumprir as obrigações assumidas na Licitação, modalidade Concorrência 001-2024

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Santa Cruz de Goiás.

Este contrato está submetido às normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras legislações aplicáveis.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Santa Cruz de Goiás, [data da assinatura].

Câmara Municipal de Santa Cruz de Goiás
Contratante

[Nome da Empresa ou Profissional]
Contratada

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

ANEXO VI

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n° 01/2024

Processo n° 86/2024

PROPOSTA DE PREÇOS MODELO

Ao

CAMARA DE SANTA CRUZ DE GOIÁS, GO

Prezados Senhores,

_____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º _____, sediada _____(endereço completo)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para a contratação, em conformidade com o Edital mencionado, conforme planilha e condições abaixo, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos taxas e demais custos incidentes.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.	Contratação de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica, em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Santa Cruz de Goiás/GO.	Mes	7		
VALOR TOTAL					R\$

Caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos:

A fornecer o objeto no prazo e condições previstos no Edital, contados a partir do recebimento da respectiva nota de empenho.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da abertura da mesma.

Até o recebimento da nota de empenho e/ou outro documento correspondente, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital.

Localidade, __de _____de_____

(assinatura)__

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.



ANEXO VII

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2024

Processo nº 86/2024

DADOS COMERCIAIS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO DA VENCEDORA DO
CONCORRÊNCIA

DADOS COMERCIAIS		
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE	
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		
ENDEREÇO		
TELEFONE/FAX		
E-mail		
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA QUE VAI ASSINAR CONTRATO		
Nº. IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA		
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL		
ESTADO CÍVIL, PR OFISSÃO DO REPRESENTANTE LEGAL		
ENDEREÇO DO REPRESENTANTE LEGAL		
TELEFONE DO REPRESENTANTE LEGAL		
E-mail DO REPRESENTANTE LEGAL		
BANCO E CONTA CORRENTE PARA PAGAMENTO		

Assinatura do Responsável Legal

037